Questionamento:

Cabe a decretação da prisão preventiva decorrente de descumprimento de medida cautelar, após a prolação de sentença condenatória?

Explico: A prisão preventiva foi substituída por medidas cautelares, consistentes em comparecimento mensal ao Juízo para informar e justificar suas atividades, devendo manter o endereço atualizado.

Sobreveio sentença condenatória, garantindo o direito de o réu apelar em liberdade (omissa em relação às medidas cautelares anteriormente aplicadas).

Todavia, não foi possível intimar o réu acerca da decisão, tendo em vista que estaria residindo em outra Comarca, cujo endereço não foi informado.

Nesse caso, embora já prolatada a sentença, é possível aplicar o disposto no § 4º do art. 282 do CPP e requerer a prisão preventiva para garantir a aplicação da lei penal?

Fundamentação:

De início, cumpre mencionar os requisitos exigidos para a decretação da prisão preventiva, consoante estabelecem os arts. 312 e 313, CPP:

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

Parágrafo único. A prisão preventiva também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares (art. 282, § 4º).

Art. 313. Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva:

I - nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos;

II - se tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso I do caput do art. 64 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal;

III - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência;

IV - (Revogado pela Lei nº 12.403, de 2011).

Parágrafo único. Também será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, salvo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida.

Da análise de tais dispositivos, depreende-se que:

A prisão preventiva constitui modalidade de segregação provisória, decretada judicialmente, **desde que presentes os pressupostos** que a autorizam.¹

¹ AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. Processo Penal: esquematizado. 3ª edição. Forense: Rio de Janeiro, Método: São Paulo, 2011, p. 901.

Nesse sentido:

*Ementa: HABEAS CORPUS PREVENTIVO. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. ROUBO IMPRÓPRIO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. MANUTENÇÃO DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. **Havendo prova da materialidade e indícios suficientes da autoria do crime supostamente praticado pelo ora paciente, cabível a prisão preventiva para garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do CPP.** Não há falar em violação ao princípio da presunção de inocência na decretação da prisão preventiva, se devidamente fundamentada a sua necessidade. HABEAS CORPUS DENEGADO. (Habeas Corpus Nº 70048597579, Sétima Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Conrado Kurtz de Souza, Julgado em 14/06/2012)*

Da leitura do § 4º do art. 282 do CPP, constata-se que no caso de descumprimento das medidas cautelares impostas, a decretação da prisão preventiva será possível. Igual entendimento dispõe o Parágrafo Único do art. 312 do mesmo Código:

Art. 282. As medidas cautelares previstas neste Título deverão ser aplicadas observando-se a:

I - necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais;

II - adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.

§ 1º As medidas cautelares poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

§ 2º As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.

§ 3º Ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo.

§ 4º No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva (art. 312, parágrafo único).

§ 5º O juiz poderá revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

§ 6º A prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319).

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

Parágrafo único. **A prisão preventiva também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares** (art. 282, § 4o).

Corroborar tal compreensão:

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. LEGALIDADE DO **DECRETO PREVENTIVO**. CIRCUNSTÂNCIAS DO FATO. **DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO**. As circunstâncias dos fatos delituosos - extrapolaram os limites do município, envolvendo, em tese, uma região inteira do estado -, recomendam a manutenção da **prisão cautelar**. **Todas as medidas cautelares impostas ao paciente - adequadas às circunstâncias do fato e às suas condições pessoais - foram descumpridas, mostrando-se ineficazes para assegurar a aplicação da lei penal.** ORDEM DENEGADA. (Habeas Corpus Nº 70047378989, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Francesco Conti, Julgado em 15/03/2012)*

*HABEAS CORPUS. **PRISAO PREVENTIVA**. NECESSIDADE. O descumprimento das medidas cautelares anteriormente fixadas, geram a necessidade de aplicação da **prisão preventiva** para conter o paciente que está ameaçando de morte sua avó, de 84 anos de idade. ORDEM DENEGADA. (Habeas Corpus Nº 70047526777, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nereu José Giacomolli, Julgado em 29/03/2012)*

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. **LEGALIDADE DO DECRETO PREVENTIVO**. CIRCUNSTÂNCIAS DO FATO. **DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO**. A medida cautelar imposta ao paciente - adequada às circunstâncias do fato e às suas condições pessoais - foi descumprida, mostrando-se ineficaz para assegurar a **garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal** - prisão em flagrante por cometimento, em tese, de outro delito. ORDEM DENEGADA. (Habeas Corpus Nº 70048053797, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Francesco Conti, Julgado em 19/04/2012)*

No caso, considerada a gravidade do crime de furto qualificado, essa decorrente da pena cominada ser de reclusão (art. 155, § 4º, CP) e da impossibilidade de oferecimento de suspensão condicional do processo, entendemos ser cabível a segregação cautelar mesmo após a prolação da sentença condenatória, conforme demonstrado a seguir.

A intimação do réu para que o mesmo possa exercer seu direito de contraditório, assim como para dar seguimento ao feito, constitui-se impossível diante do descumprimento do dever de atualização de seu endereço. Ainda, tal imposição existe independentemente do estabelecimento ou não de medidas cautelares, conforme art. 367, CPP:

Art. 367. O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.

Compreendemos que, diante do fato de já ter o réu sido condenado, a situação de desatualização de seu endereço (quando da imposição de tal medida) sugere a interpretação de

que o mesmo possa estar arquitetando uma fuga. Desse modo, imperativa a prisão preventiva, calcada, inclusive, na aplicação da lei penal e no descumprimento da medida anteriormente imposta.

Nesse sentido:

*HABEAS CORPUS. CRIMES DOLOSOS E CULPOSOS CONTRA A PESSOA. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ARTIGO 121 - § 2º - III E IV, COMBINADO COM O ARTIGO 29, AMBOS DO CP). SENTENÇA DE PRONÚNCIA, CUJA CÓPIA CONSTA DAS FLS. 271/278, DOS AUTOS EM APENSO E POSTERIOR DECRETO DE PREVENTIVA. PRISÃO PREVENTIVA. PRESSUPOSTOS DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR QUE RESTARAM PREENCHIDOS. A segregação provisória do paciente decorre de preventiva, devidamente fundamentada, calcada em circunstâncias concretas do caso, autorizadoras da medida extrema, ausente qualquer coação ilegal a ser sanada, pois trata-se da prática, em princípio, de delito de elevada ofensividade jurídica, não existindo motivos suficientes para a sua revogação no presente momento processual. Tal decreto restou motivado, ainda, nos seguintes termos: "...Há prova da existência do fato e indícios suficientes da autoria, tanto que oferecida a denúncia. Das condições de admissibilidade, pelos elementos que informam o expediente, tem-se presente a hipótese de decreto de prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal. **Foi concedida a liberdade provisória ao denunciado, o qual prestou compromisso em cartório, advertido e compromissado de não mudar de endereço sem comunicação ao juízo, fls. 543 e 546. O denunciado, procurado nos endereços informados nos autos, não foi encontrado, conforme certidões de fls. Tentada a localização do réu, com o Defensor Público, também não se obteve sucesso, fls. 561-2. Assim, estando o denunciado em lugar incerto e não sabido, deve ser decretada a prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal. DIANTE DO EXPOSTO, revogo o benefício da liberdade provisória, DECRETANDO A PRISÃO PREVENTIVA DE O. C. N., qualificado nos autos, para a garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, com fulcro no artigo 312 do Código de Processo Penal. Expeça-se mandado de prisão. ...". (sic - fls. 28/29 do apenso). A decisão atacada não merece qualquer reparo, haja vista que suficientemente motivada. Com efeito, o acusado foi beneficiado com a liberdade provisória mediante compromisso, aproveitando a oportunidade para empreender fuga do distrito da culpa. Assim, tendo havido o descumprimento das condições impostas, bem como estando o réu em lugar incerto e não sabido, não havia outro caminho que não o restabelecimento da segregação cautelar. Necessária, assim, a manutenção da prisão. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO CONFIGURAÇÃO. Quanto ao invocado excesso de prazo, este órgão fracionário orienta-se pelo princípio da razoabilidade, segundo o qual somente a desídia da autoridade processante na condução do feito é que o configura, mas não é este o caso dos autos. Além disso, conforme informado pela autoridade apontada como coatora, "...No dia 10/06/2010, indeferido pedido de revogação da prisão preventiva, cópia da fl. 45. 4- Recebido ofício do IPF, informando da transferência do réu pela SUSEPE para perícia no dia 24/06/2010, cópia da fl. 49. 5- Até a presente data, não foi recebida a conclusão da perícia, expedido ofício por este juízo, solicitando informações, cópia da fl. 50. ...". (sic - fl. 12). Como se constata, o processo tramitou com normalidade, sendo que o paciente já se encontra pronunciado, incidindo, na espécie, o teor da Súmula nº 21, do STJ. Todavia, no momento, o feito aguarda a conclusão do incidente de insanidade mental do denunciado (fl. 12). Destarte, não existindo o***

constrangimento ilegal anunciado na inicial, imperativa a denegação da ordem. Ademais, cabível aplicar ao caso por analogia, a seguinte jurisprudência: "já decidiu o egrégio STJ que não se configura constrangimento ilegal, por excesso de prazo, a espera de conclusão de exame de dependência toxicológica, mormente quando praticamente concluída a fase instrutória, só dependendo esta do laudo mencionado". (Recurso Ordinário em Habeas Corpus nº 14.458/RS, 6ª Turma, Relator Ministro Paulo Medina, DJU de 25.08.03, pág. 374). Precedente do STJ. Diz a jurisprudência que a prisão decorrente da pronúncia vige até o final do julgamento do processo, não estando sujeita a prazo (STF, RTJ 95/1090 e RT 645, 367). Por fim, em consulta ao site deste TJRS, em 03.09.10, foi obtida a informação de que os autos principais, atualmente, estão aguardando a remessa do laudo pericial por parte do Instituto Psiquiátrico Forense, para o julgamento do incidente processual em apenso, consoante cópia impressa da consulta processual realizada juntada na última folha do presente feito. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. (Habeas Corpus Nº 70037616604, Segunda Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Antônio Cidade Pitrez, Julgado em 09/09/2010)

PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. *A motivação da prisão preventiva para garantia da aplicação da lei penal traz a idéia que o réu demonstra o propósito de furtar-se ao cumprimento de eventual sentença condenatória. É o que aqui acontece. Ciente que deveria comparecer a ato judicial, o paciente deixou de fazê-lo, porque nunca é encontrado nos endereços fornecidos ao juízo. E não se pode argumentar com uma eventual ignorância do paciente a respeito da obrigatoriedade de comparecer a todos os atos do processo criminal que responde, porque não só foi advertido a respeito, como, ainda, esta sua ação não foi a primeira ocorrida no processo criminal que responde. Na hipótese, repetindo, o paciente está em fuga, se escondendo. DECISÃO: Habeas corpus denegado. Unânime. (Habeas Corpus Nº 70022906341, Sétima Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sylvio Baptista Neto, Julgado em 14/02/2008)*

HABEAS CORPUS. FUGA. PRISÃO PREVENTIVA. *Réu que se evade do distrito da culpa, sem informar endereço. Prisão preventiva decretada como garantia de aplicação da lei penal. Necessidade da medida. Condições subjetivas quais residência fixa, atividade lícita, primariedade e bons antecedentes não impedem a custódia processual, quando outros motivos, por igual relevantes, a determinam. Ausência de ilegalidade na construção. ORDEM DENEGADA. UNÂNIME. (Habeas Corpus Nº 70005642053, Câmara Especial Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Maria da Graça Carvalho Mottin, Julgado em 23/01/2003)*

Conclusão:

Por fim, a decretação da prisão preventiva prospera, tendo em vista o descumprimento da medida cautelar imposta, fulcro no Parágrafo Único do art. 312, CPP e nos julgados citados. Entendemos que por meio da segregação cautelar, tornar-se-á possível garantir a aplicação da lei penal.